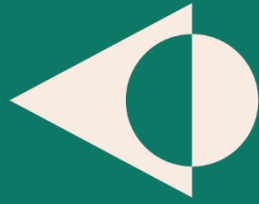


PLANEJAMENTO TERRITORIAL, HABITAÇÃO,
MEIO AMBIENTE E MOBILIDADE



gabinete
paralelo
SP

Um plano de proteção e
convivência segura com as
chuvas

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	5
As causas do problema.....	5
1. A AÇÃO DA PREFEITURA FRENTE AO PROBLEMA.....	8
2. O QUE PRECISA SER FEITO – PROPOSTA DE UM PLANO DE PROTEÇÃO PARA AS CIDADES.....	10
2.1 Medidas estruturais	11
2.2 Medidas emergenciais.....	13
2.3 Reformulação do sistema de gerenciamento de emergências	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

- A crise climática mundial, somada ao processo crescente e descontrolado de destruição da Floresta Amazônica e a um tipo de urbanização caracterizado pela impermeabilização do solo, escassez de áreas verdes e incentivo ao transporte individual, faz com que São Paulo esteja sofrendo nos últimos anos um processo de potencialização dos eventos extremos, tanto a intensidade das chuvas e inundações, quanto as secas e as crises de abastecimento de água.

- A intensificação das chuvas, associada a um sistema de drenagem baseado na impermeabilização do solo e na canalização dos cursos d'água e à carência de infraestrutura urbana básica nos assentamentos irregulares e nos loteamentos periféricos, gera uma grave situação de risco associada às inundações e deslizamentos de encostas que produz desastres todos os anos.

- Frente a essa tragédia anunciada, que se repete anualmente, a prefeitura pouco tem feito para melhorar as condições estruturais de segurança e para proteger a população.

- Com base no conhecimento técnico disponível nas universidades e institutos de pesquisa e na experiência de administrações municipais no Brasil e no exterior, **apresentamos um plano de ação** que visa viabilizar a proteção da população e a convivência segura com as chuvas, com o aumento paulatino e sustentado das condições de segurança na cidade.

- O plano é composto por:

- **Medidas estruturais**, voltadas para o aumento da infiltração e retenção das águas de chuva – com uso intensivo das infraestruturas verdes – e para a complementação da infraestrutura básica nas favelas e loteamentos periféricos.

- **Medidas emergenciais, envolvendo a implantação de programa de zeladoria em favelas e controle da disposição de lixo e entulho**, proposição de acordos judiciais para evitar a remoção de famílias em áreas de risco sempre que for possível implantar obras de segurança, limpeza de córregos.

- Reformulação e modernização do sistema de gerenciamento de emergências, envolvendo a reformulação das condições de governança, a capacitação das equipes técnicas, a modernização dos equipamentos de monitoramento e dos protocolos de comunicação social e a organização e fortalecimento dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil.

INTRODUÇÃO

As causas do problema

As mudanças climáticas em nosso planeta vêm se intensificando de forma constante. Há décadas vivemos um processo de profundas mudanças climáticas e hoje os cientistas já concordam que estamos vivendo uma crise climática mundial. Aumenta o degelo nos polos e nas altas montanhas; as marés são mais intensas e geram ressacas cada vez mais destrutivas; as estações secas se prolongam; os picos de temperatura em muitas cidades superam os registros históricos. Intensificam-se os fenômenos extremos, tanto a intensidade das chuvas e as inundações, quanto as secas e as crises de abastecimento de água.

No Brasil, a esse fenômeno global soma-se um modelo de desenvolvimento regional perverso e insustentável, representado pelo avanço da pecuária, da agricultura e da mineração predatórias sobre a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Esse modelo, baseado no desmatamento extensivo e nas queimadas, avança inclusive sobre áreas legalmente protegidas, como as terras indígenas e as unidades de conservação ambiental. O equilíbrio hídrico em escala regional é alterado com a destruição das florestas impactando áreas a milhares de quilômetros de distância, tendo como exemplo o impacto do desmatamento da floresta amazônica no fenômeno dos “rios voadores”, massas de ar, carregadas de vapor d’água, formadas na Amazônia e que garantem a umidade e as chuvas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Nas grandes cidades do Sudeste brasileiro, além dessas alterações climáticas em escala global, o processo de urbanização caracterizado pela impermeabilização do solo, escassez de áreas verdes e incentivo ao transporte individual, vem gerando alterações climáticas locais, com a formação das chamadas “ilhas de calor”, mudanças na direção dos ventos e no padrão das chuvas, tendo como um dos principais impactos no verão, a precipitação de grandes volumes de chuvas ao final do dia, em tempestades concentradas em regiões da cidade que passam a sofrer com enchentes periódicas e escorregamentos de encosta.

Em São Paulo, este processo de mudança do clima pode e é percebido facilmente por todos, no dia a dia dos paulistanos. Há muito tempo já não somos a terra da garoa, os

verões estão mais quentes e chuvosos e já não se tem mais “invernos como antigamente”. Por um lado, os períodos secos mais extensos e severos (quem não se lembra da crise hídrica nos anos de 2014 a 2016?) levam à redução dos níveis dos reservatórios da Sabesp que, por sua vez, cotidianamente controla, de forma seletiva, a oferta de água por meio da diminuição da pressão nas redes, provocando a interrupção diária no abastecimento das regiões periféricas da cidade. Por outro lado, os períodos chuvosos apresentam chuvas mais intensas e mais frequentes, aumentando a criticidade das inundações e dos deslizamentos nas encostas.

A questão da política de saneamento e de abastecimento de água executada pela Sabesp será tratada num outro relatório. Aqui vamos tratar da questão das chuvas e seus impactos sobre a cidade e focar no que a Prefeitura pode (e deve) fazer para defender a população das inundações e dos deslizamentos de encostas.

Para pensar em propostas, é necessário compreender o comportamento do meio físico em São Paulo e como esse comportamento foi e ainda é afetado pelo processo de urbanização, intensificado há pelo menos 80 anos.

Do ponto de vista geomorfológico, é importante entender que há muitos milhões de anos nossa região era uma grande depressão, na forma de uma bacia, alongada no sentido leste-oeste, e tendo ao norte, e ao sul áreas mais altas (Serra da Cantareira e Serra do Mar, respectivamente). Após um longo período de “atulhamento” desta bacia surge uma região mais plana onde corre o Rio Tietê, que compõe o principal elemento do sistema natural de drenagem da cidade, que se espalha em uma vasta planície natural de inundação. Neste território tão particular se instalou a cidade de São Paulo.

De seus 1.523 km², o município tem 949 km² como área urbana, da qual ao menos 75% está com a superfície impermeabilizada, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas e contando com um sistema de drenagem de águas pluviais formados por sarjetas, bocas de lobo, galerias de drenagem e córregos canalizados. Aliás, desde as décadas de 1920/1930, com a concepção do plano de avenidas do Eng^o Prestes Maia, a cidade seguiu essencialmente uma forma de urbanização baseada na canalização dos córregos e na implantação de grandes avenidas junto a esses córregos canalizados, impondo uma forma de urbanismo insustentável, dominado e pensado para privilegiar o automóvel particular.

Neste processo de urbanização restaram aos mais pobres, as piores e mais distantes áreas da cidade. As favelas e os demais assentamentos precários localizam-se em áreas com restrições legais (como as margens de córregos e as encostas de elevada declividade), em locais já desmatados, alterados e abandonados pela urbanização do entorno. Além de construídos nos espaços mais vulneráveis, esses assentamentos são caracterizados por uma ocupação densa, ausência de espaços públicos, precariedade da infraestrutura e presença de moradias vulneráveis implantadas em patamares formados por aterros e cortes instáveis ou construídas à beira ou por sobre os cursos d'água.

Nos extremos das periferias, em áreas de expansão urbana onde o preço da terra é mais baixo, estão localizados os terrenos mais frágeis e mais desfavoráveis à ocupação urbana, com as maiores declividades e os solos mais suscetíveis à erosão e aos deslizamentos de solo e de rocha. Nessas periferias, tanto os loteamentos clandestinos como os grandes conjuntos habitacionais implantados pelo próprio poder público promovem o desmatamento de áreas cobertas, muitas vezes, pelos últimos remanescentes de Mata Atlântica, além produzir profundas alterações no relevo natural por meio de intensa movimentação de terra.

A ocorrência de chuvas fortes nesse cenário leva à deflagração de escorregamentos nas ocupações localizadas em encostas de maior declividade, causando mortes e destruição devido à mobilização das camadas de solo, dos blocos de rocha e das massas de lixo, solo e entulho depositadas nas encostas. Nas áreas de expansão urbana, além dos escorregamentos, as chuvas ocasionam processos erosivos nas áreas desmatadas e nos patamares, cortes e aterros desprotegidos.

O material – solo, entulho, lixo – mobilizado nos escorregamentos e nas erosões é transportado pelo sistema de drenagem e termina por assorear e poluir os cursos d'água, diminuindo sua capacidade de escoamento e produzindo inundações localizadas.

Com a continuidade da chuva, as águas atingem os córregos maiores, produzindo inundações mais amplas até chegar ao Rio Tietê. No município de São Paulo, às águas que chegam do trecho superior do Rio Tietê somam-se aquelas que provêm de vários afluentes, como o Córrego Aricanduva, o Rio Tamanduateí, o Rio Cabuçu e o Rio Pinheiros. Todas essas águas confluem para um único ponto de saída na seção do Rio

Planejamento Territorial, Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade – Fevereiro/2021

Tietê após a região do Cebolão, na divisa com Osasco. Dessa forma, se as chuvas forem suficientemente intensas e prolongadas, de maneira que as águas cheguem desses vários afluentes ao mesmo tempo e muito rapidamente, é inevitável que a vazão supere a capacidade de escoamento da calha e ocorra o extravasamento do Rio Tietê, gerando inundações nas avenidas marginais e nas várzeas do entorno, principalmente nas proximidades das pontes da região central.

Como o sistema de transporte da cidade estrutura-se ao longo dos córregos, uma consequência das inundações generalizadas é a interrupção do tráfego e dos sistemas de transporte público nas ruas e principais avenidas, paralisando a circulação na cidade e levando a prejuízos da ordem de milhões de reais. Contudo, as piores consequências das inundações são as tragédias com mortes e o severo impacto na saúde pública devido ao contato direto das pessoas com as águas dos nossos rios poluídos.

De fato, constitui um sério problema de saúde pública a presença de esgoto nos locais onde só deveria ser encontrada água de chuva. Nossas águas são poluídas porque a SABESP, empresa encarregada de coletar e tratar o esgoto da cidade não cumpre com seu dever, apesar dos lucros que obtém com a operação do saneamento na capital.

1. A AÇÃO DA PREFEITURA FRENTE AO PROBLEMA

O problema das inundações e deslizamentos em São Paulo é conhecido por todos. Afeta a cidade e especialmente a população mais vulnerável desde sempre, tendo se agravado pelo crescimento da cidade e pela crise climática.

A resposta tradicional às inundações tem sido a canalização dos córregos com o aumento da velocidade de escoamento das águas que, se reduz as inundações na região acima da intervenção, transfere e agrava o problema para a região localizada abaixo, pois a água chega mais rápido nos rios maiores e aumenta a frequência das inundações generalizadas.

Nos últimos anos, esta prática vem sendo paulatinamente questionada, e se amplia no meio técnico a compreensão de que o combate às inundações deve se pautar por diminuir – e não aumentar – a velocidade e o volume com que a água chega aos rios.

No entanto, tanto a Prefeitura como o Governo do Estado têm privilegiado, nas últimas duas décadas, a construção de grandes reservatórios de amortecimento de cheias, os chamados piscinões. Ainda que este tipo de obra se baseie no conceito correto de diminuição da velocidade das águas pluviais, e que na maioria dos casos funcione, é um tipo de obra que possui custo elevado, tanto de construção como de manutenção, que deve ser rotineira e permanente (por isso interessa tanto às empreiteiras de obras e serviços públicos), que gera expressivos impactos ambientais e urbanísticos e que exige extensas desapropriações e remoções de comunidades inteiras.

Uma medida positiva foi a introdução em 2016, na atual lei de zoneamento, do instrumento denominado quota ambiental, que busca incentivar a manutenção e ampliação de áreas permeáveis, telhados verdes, áreas vegetadas e a instalação de reservatórios de águas de chuva internos aos lotes, no caso de novas edificações em lotes maiores do que 500 m² ou reforma de edificação existente com acréscimo de área superior a 20% da área original. Baseada em um sistema de pontuação, com um valor mínimo obrigatório, a ser atingido pelo projeto a ser aprovado pela Prefeitura, a Quota Ambiental oferece um “cardápio” de infraestruturas verdes, cada qual com um valor específico (fixado em uma tabela) baseado em sua eficiência para a melhoria da drenagem e diminuição das ilhas de calor. O reservatório sempre é obrigatório, com uma dimensão mínima, cujo cálculo é baseado em diversos parâmetros (no tamanho do lote, área a ser impermeabilizada e tempo de retardo da água no lote).

Mais recentemente, a subprefeitura da Sé implantou o programa chamado Gentileza Urbana, que consiste em um conjunto de infraestruturas verdes urbanas, como pequenos bosques, jardins de chuva, biovaletas, escadarias verdes e calçadas com poços de infiltração.

Ainda que estas iniciativas possam ser consideradas um avanço, ainda são insuficientes, pois uma se restringe aos lotes maiores, enquanto a outra tem abrangência extremamente limitada (uma única subprefeitura) e não atende às áreas mais carentes das periferias.

Se os investimentos realizados para controle das inundações foram mal direcionados e pouco alteraram o quadro que ameaça a cidade, no caso dos

escorregamentos em encostas a situação é ainda muito pior, com a Prefeitura mostrando-se ainda mais omissa.

Os investimentos em obras de contenção de taludes foram direcionados para algumas poucas grandes intervenções, que se, mais uma vez, atendem ao interesse das empreiteiras, não atendem à maioria dos locais de risco. Não há um programa sistemático e generalizado de limpeza de depósitos de lixo e entulho nas encostas e córregos das favelas. Os sistemas de gerenciamento de emergências, baseados no monitoramento das chuvas e deflagração de estados de alerta, não têm sido operados de forma a permitir a adoção de medidas efetivas para proteção da população.

Quando um desastre ocorre, a defesa civil municipal, a assistência social e os bombeiros se desdobram para socorrer as vítimas, mas com perdas de vidas, pessoas feridas e a perda, às vezes, total dos poucos bens materiais desses moradores. Não se priorizam as ações preventivas. A Gestão de Riscos e Desastres está a cargo da Coordenação Municipal de Defesa Civil - COMDEC subordinada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, que não tem condições para viabilizar a gestão integrada dos diversos órgãos da Prefeitura.

Na verdade, além de manter a atividade básica de resposta da defesa civil após a ocorrência de desastres, a prefeitura atual pouco tem feito além propor ações judiciais para remoção de famílias, associando-se a uma prática ainda comum do Ministério Público, sem apontar para nenhuma alternativa habitacional para as famílias moradores nas áreas de risco nem viabilizar a execução de intervenções que melhorem a segurança desses locais. Além de ineficaz do ponto de vista do gerenciamento dos riscos, pois os locais que sofrem remoção são reocupados quase que imediatamente por outras famílias necessitadas, esse tipo de medida pune justamente quem mais sofre com a situação de risco.

2. O QUE PRECISA SER FEITO – PROPOSTA DE UM PLANO DE PROTEÇÃO PARA AS CIDADES

Para melhorar as respostas da cidade às chuvas, que tendem a se intensificar nos próximos anos, é necessário estabelecer um plano de ação que comporte medidas

estruturais, de longo prazo e medidas imediatas de caráter emergencial, além da reformulação do atual sistema de gerenciamento de emergências e defesa civil.

2.1 Medidas estruturais

As medidas estruturais de proteção em relação a inundações adotam como concepção básica diminuir a velocidade e o volume com que as águas das chuvas chegam aos rios, por meio da sua retenção na própria vegetação, no interior do solo, em pequenos reservatórios e nas várzeas dos trechos superiores dos córregos. Nossa proposta está nas Soluções Baseadas na Natureza, compostas por múltiplas e pequenas intervenções, planejadas de forma a evitar a necessidade dos grandes reservatórios de chuvas.

- Implantar programa de arborização extensiva em calçadas, canteiros centrais, praças e parques, com espécies adequadas ao meio urbano, associado a um programa de incentivo à arborização nos edifícios públicos e privados, como escolas, creches, unidades de saúde e conjuntos habitacionais. As árvores e o solo vegetado, além de reter parcela da água de chuva durante um certo tempo, contribuem para a melhoria das condições ambientais, diminuindo o efeito das ilhas de calor responsáveis por chuvas intensas nos dias mais quentes do verão.

- Aumentar a infiltração das águas de chuva no subsolo, implantando pisos drenantes e valetas de infiltração em calçadas, canteiros centrais, rotatórias e praças.

- Utilizar mecanismos econômicos de incentivo, entre os quais a aprovação de projeto de lei de IPTU verde, com desconto a ser concedido a proprietários de lotes e glebas que preservem áreas vegetadas e que, nos projetos de edificação, excedam a pontuação mínima exigida para a Quota Ambiental.

- Garantir a correta aplicação da legislação existente, fiscalizando a implantação e manutenção de estruturas de retenção de água de chuva nos lotes (micro reservatórios ou piscininhas) e áreas de infiltração em todos os lotes maiores que 500 m², tanto para uso residencial como comercial (shoppings centers, megalojas, supermercados e estacionamentos). Aumentar a retenção das águas de chuva nos lotes privados e áreas públicas, melhorando a fiscalização para garantir a efetivação da quota ambiental para os novos edifícios e implantando pequenos reservatórios em praças e áreas públicas sem perda das funções sociais desses espaços.

Planejamento Territorial, Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade – Fevereiro/2021

- Implantar os parques lineares previstos no Plano Diretor Estratégico e em outras áreas estratégicas nas várzeas dos córregos, que permitem a diminuição da velocidade de escoamento do curso d'água e constituem-se em áreas de preservação da vegetação e de lazer e convivência com a Natureza. Em locais ocupados por assentamentos precários, compatibilizar a área do parque com a urbanização, regularização fundiária e produção habitacional, evitando os processos de remoção indiscriminados.
- Rever os projetos de drenagem das bacias prioritárias, sempre que possível, substituindo os piscinões projetados por reservatórios de pequena e média capacidade e sistemas de infiltração em parques, praças e áreas públicas das bacias prioritárias
- Baseada na experiência de cidades como Rosário, na Argentina, criar um amplo programa de hortas urbanas de base agroecológica, através da concessão de áreas públicas para que associações, instituições e cooperativas possam plantar, mantendo as áreas livres, permeáveis e cuidadas, constituindo ao mesmo tempo, uma ação de combate a enchentes e de segurança alimentar e combate à fome.

As medidas estruturais de segurança em relação aos deslizamentos nas encostas dos morros devem considerar que a grande maioria das áreas de risco concentra-se em favelas e assentamentos precários, áreas caracterizadas por grande densidade de ocupação, ausência de infraestrutura e carência de áreas públicas. Dessa forma, mais do que tipos alternativos de obra, é necessário que o programa estrutural para áreas de risco de escorregamentos seja amplo e inove na forma de implantação das obras, pois elas precisam ser feitas dentro das comunidades, às vezes com obras nas próprias residências. Para isso propõe-se:

- Atualização do mapa de risco em favelas, buscando identificar não apenas riscos de deslizamento e inundação, mas também outros riscos ambientais envolvendo condições de moradia, saúde, saneamento, abastecimento hídrico, circulação atmosférica e problemas de infraestrutura.

- Elaboração de um programa estrutural de intervenções, com foco na qualificação da segurança ambiental e redução da vulnerabilidade social dos lugares mais críticos e suscetíveis a desastres e doenças infecciosas

- Execução de um programa de pequenas obras de contenção, drenagem superficial de águas pluviais, escadarias e passagens, além de reforma de moradias, baseado na formação de frentes de trabalho envolvendo moradores da localidade e apoio técnico especializado de engenheiros e geólogos, organizados por subprefeituras e apoiados pela Defesa Civil Municipal.

2.2 Medidas emergenciais

A construção de um plano de segurança para a população durante as chuvas deve considerar a necessidade de uma atuação imediata, de caráter emergencial, que deve ser deflagrada desde já, posto que estamos em pleno período chuvoso. Essas medidas emergenciais envolvem:

- **Implantação de um programa de zeladoria nas favelas com foco nas áreas de risco mapeadas, organizado por subprefeituras e executado por frentes de trabalho com moradores das próprias comunidades, encarregadas de realizar a remoção do solo, entulho e lixo depositado nos taludes e áreas comuns e de executar melhorias nos acessos, limpeza e construção de sistemas de drenagem de águas pluviais e servidas.**

- Proposição de acordos judiciais em todos os processos de desocupação fundamentados na questão dos riscos, substituindo as remoções imediatas pela atualização da análise de risco pela Defesa Civil Municipal e proposição de intervenções de melhoria da segurança, com o objetivo de preservar as condições de moradia durante a pandemia de Covid-19,

- Executar a limpeza emergencial das galerias de água pluviais, piscinões, córregos e rios, para preservar a capacidade de acumulação e de escoamento das águas.

- Executar serviços de limpeza nas áreas públicas para remoção de depósitos de lixo e entulho que podem ser mobilizados por ocasião das chuvas. Notificar os proprietários para execução dos mesmos serviços nos lotes particulares.

- Fiscalizar intensivamente a deposição clandestina de entulho e movimentos de terra em áreas sujeitas a processos erosivos, para evitar o carreamento de sólidos para rios e córregos bem como próximas a áreas sujeitas a deslizamentos.

2.3 Reformulação do sistema de gerenciamento de emergências

Além das medidas estruturais que visam elevar a segurança geral da cidade em relação às chuvas e das medidas emergenciais, que buscam minorar seu impacto no atual período chuvoso, é forçoso reconhecer que as chuvas vão se intensificar nos próximos anos em função dos processos climáticos globais. Neste sentido, São Paulo precisa contar com um moderno sistema de gerenciamento de emergências, implementado por equipes profissionais capacitadas, apoiadas no conhecimento científico e tecnológico mais moderno e na mobilização das comunidades em risco organizadas por meio dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil – NUPDEC. Isso pressupõe:

- Reestruturação do Órgão Municipal de Defesa Civil, unificando em um único órgão as equipes da Defesa Civil e do Centro de Gerenciamento de Emergências da Secretaria de Infraestrutura, ampliando sua capacidade operacional com a contratação de técnicos especializados concursados e equipamentos computacionais de última geração.
- Fomento à formação e capacitação dos núcleos comunitários de defesa civil, fornecendo condições técnicas, financeiras e materiais para que se incorporem efetivamente no sistema municipal de defesa civil.
- Complementação e modernização do sistema de monitoramento das precipitações pluviométricas e níveis dos rios, de maneira a identificar, nas áreas de risco previamente mapeadas, a possibilidade de deflagração das inundações ou deslizamentos de encostas.
- Implantação de um plano integrado de gerenciamento de emergências, composto por monitoramento automático das precipitações pluviométricas e dos níveis dos córregos, definição de níveis de alerta, implantação de procedimentos para desvio do tráfego para rotas alternativas e atendimento a moradores das áreas de risco, com protocolos e meios modernos de comunicação que possibilitem a articulação rápida dos

Planejamento Territorial, Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade – Fevereiro/2021

atores públicos, dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), dos usuários de transporte público e da população em geral.

- Expansão gradual do sistema de proteção e defesa civil para outras ameaças que afetam a população nesta época de crise climática, como as secas e seu impacto no abastecimento de água, as ondas de calor e as epidemias, fomentando a atuação de todos os atores envolvidos, sejam públicos, privados ou comunitários, por meio de um sistema público e transparente de informação, avaliação de resultados e articulação com universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais e demais entidades representativas da sociedade civil.

Além desse sistema modernizado e capacitado, a solução do grave problema das áreas de risco exige um trabalho conjunto de praticamente toda a prefeitura, envolvendo os setores de obras, meio ambiente, planejamento, assistência social, defesa civil, educação, saúde e habitação, entre outros. É preciso organizar a prefeitura para enxergar que São Paulo é uma cidade muito vulnerável aos deslizamentos e enchentes e que mudanças estruturais devem ser implementadas para que se possa proporcionar à população o “morar e circular com segurança” nesses tempos de crise climática.

Gabinete Paralelo

Guilherme Boulos

Equipe Técnica

Amauri Pollachi

Camila de Caso

Carolina Heldt D'Almeida

Celso Santos Carvalho

Geraldo Juncal

Luis Felipe Guerretta

Marcia Terlizzi

Marco Antônio Rocha

Marina Mattar

Rafael Drummond